

## LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS APLICÁVEIS

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
2019	Ruído	ABNT	NBR 10.151 de 2019	Fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades e especifica um método para a medição do ruído, altera a NBR 10.151 de 2009.
2018	Qualidade do Ar	CONAMA	Resolução CONAMA nº 491 de 2018	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Revoga a Resolução CONAMA Nº 03/1990.
2015	Espécies Ameaçadas	Ministério do Meio Ambiente	Portaria Interministerial MPA/MMA Nº 13/2015	Proibir, por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero ( <i>Epinephelus itajara</i> ) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional.
2014	Espécies Ameaçadas	Ministério do Meio Ambiente	Portaria MMA Nº 444 de 2014	Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção
2014	Espécies Ameaçadas	Ministério do Meio Ambiente	Portaria MMA Nº 445 de 2014	Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos
2014	Espécies Ameaçadas	Ministério do Meio Ambiente	Instrução Normativa MMA Nº 5 de 2014	Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçadas de Extinção
2014	Resíduos Sólidos	IMO	MEPC.1/Circ.834:2014	Orientação consolidada para a instalação de recepção portuária fornecedores e usuários.
2013	Explorações dos Portos Organizados	Federal	Lei Nº 12.815, de 5 de junho de 2013.	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.
2012	Dragagem	CONAMA	Resolução CONAMA nº454 de 2012	Estabelece diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.
2012	Óleo Lubrificante	CONAMA	Resolução CONAMA nº 450 de 2012	Altera os arts. 9 , 16, 19, 20, 21 e 22, e acrescenta o art. 24-A à Resolução CONAMA n 362 de 2005, que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

## LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS APLICÁVEIS

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
2012	Educação Ambiental	IBAMA	Instrução Normativa nº 02/2012	Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
2012	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº 448 de 2012	Altera arts. da Resolução conama nº 307, de 2002 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos gestão dos resíduos da construção civil.
2012	Resíduos Sólidos	IBAMA	IN do IBAMA nº13 de 2012	Publica a Lista Brasileira de Resíduos Sólidos
2012	Gestão Ambiental	ANTAQ	Resolução ANTAQ Nº 2650/2012	Institui o Índice de Desenvolvimento Ambiental – IDA.
2012	Código Florestal	Federal	LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
2011	Espécies Ameaçadas	CONSEMA	Resolução Nº 08 de 2012	Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina
2011	Educação Ambiental	CONAMA	Resolução CONAMA nº422 de 2011	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.
2011	Efluentes	CONAMA	Resolução CONAMA nº430 de 2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complemente e altera a resolução nº 357.
2011	Transporte de produtos perigosos	ANTAQ	Resolução ANTAQ nº2239 de 2011	Aprova a norma de procedimentos para o trânsito seguro de produtos perigosos por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do Porto organizado.
2011	Resíduos Sólidos	ANTAQ	Resolução ANTAQ nº2190 de 2011	Aprova a norma para disciplinar a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações.
2011	Produtos Perigosos	ANTT	Resolução nº 3665 de 2011	Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos
2011	Produtos Perigosos	ABNT	NBR 7.500 de 2011	Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos perigosos
2011	Política Nacional do Meio Ambiente	Federal	Lei nº 140 de 2011	Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
2011	Qualidade/Potabilidade da água	MINISTÉRIO DA SAÚDE	Portaria Ministério da Saúde nº2914/2011	Revoga a 518/2004, regula os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água pelo consumo humano e seu padrão de potabilidade.
2010	Água de Lastro	Federal	Decreto Legislativo nº148 de 2010	Aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios e tem como objetivos prevenir, minimizar e eliminar a transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patogênicos através do controle e gerenciamento da água de lastro dos navios e dos sedimentos nela contidos.
2010	Resíduos Sólidos	Estadual	Lei Estadual nº15.112 de 2010	Dispõe sobre a proibição de despejo de resíduos sólidos reaproveitáveis e recicláveis em lixões e aterros sanitários
2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos	Federal	Lei Federal nº 12.305 de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.
2010	Poluição por Navios	Marinha do Brasil	Portaria DPC nº 32 de 2010	Altera as Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-08/DPC.
2010	Produtos Perigosos	ANTAQ	RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 1.765 de 2010	Procedimentos para o trânsito seguro de produtos perigosos por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do Porto Organizado
2010	Resíduos Sólidos	ABNT	NBR 13.221:2010	Transporte terrestre de resíduos - Especifica as condições necessárias para o transporte de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e proteger a saúde pública;
2009	Espécies Exóticas	CONABIO	Resolução Nº 5 de 2009	Dispõe sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras
2009	Código Estadual de Meio Ambiente	Estadual	Lei Estadual Nº 14.675 de 2009	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina e estabelece outras providências
2009	Gestão Ambiental e Saúde e Segurança	SEP	Portaria SEP nº104 de 2009	Dispõe sobre a criação e estruturação do Setor de Gestão Ambiental e de

## LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS APLICÁVEIS

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				Segurança e Saúde no Trabalho nos portos e terminais marítimos.
2009	Plano de Desenvolvimento Portuário	SEP	Portaria SEP nº414 de 2009	Estabelece as diretrizes, os objetivos gerais e os procedimentos mínimos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário - PDZ.
2009	Serviço de Controle de Pragas	ANVISA	RDC Nº 52	Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências
2009	Requisitos Mínimos de Saúde em Portos de Controle Sanitário	ANVISA	RDC Nº 72	Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam.
2009	Efluentes	CONAMA	Resolução CONAMA nº410 de 2009	Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no art. 44 da Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, e no Art. 3º da Resolução nº 397, de 3 de abril de 2008.
2009	Produtos Perigosos	ABNT	NBR 7.503 de 2008	Transporte terrestre de produtos perigosos - Ficha de emergência e envelope - Características, dimensões e preenchimento
2009	Produtos Perigosos	ABNT	NBR 9.735 de 2008	Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos
2008	Crimes Ambientais	Federal	Decreto Federal nº6.514 de 2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas de crimes contra o meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
2008	Portos e Terminais Portuários	Federal	Decreto Federal nº6.620 de 2008	Dispõe sobre a concessão de portos, arrendamento e a autorização de instalações portuárias marítimas, e dá outras providências
2008	Resíduos Sólidos	ANVISA	RDC Nº 56	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Sanitárias no Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas áreas de Portos, Aeroportos, Passagens de Fronteiras e Recintos Alfandegados.
2008	Efluentes	CONAMA	Resolução CONAMA nº397 de 2008	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA no 357, de 2005,
2008	Polição por Óleo e Produtos Perigosos	CONAMA	Resolução CONAMA nº398 de 2008	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados e

## LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS APLICÁVEIS

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				instalações portuárias, entre outros estabelecimentos.
2008	Produtos Perigosos	ABNT	NBR 14.095 de 2008	Transporte rodoviário de produtos perigosos - Área de estacionamento para veículos - Requisitos de segurança
2008	Produtos Perigosos	ABNT	NBR 15.481 de 2008	Transporte rodoviário de produtos perigosos - Requisitos mínimos de segurança
2007	Licenciamento Ambiental	Federal	Lei Federal nº 11.518 de 2007	Acresce e altera dispositivos da Lei Federal nº 8.630 de 1993 e dá outras providências.
2007	Dragagem	Federal	Lei Federal nº 11.610 de 2007	Institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária.
2007	Produtos Perigosos	ABNT	NBR 15.480 de 2007	Transporte rodoviário de produtos perigosos - Plano de ação de emergência (PAE) no atendimento a acidentes
2006	Licenciamento Ambiental	Federal	Lei Federal nº 11.134 de 2006	Altera a Lei Federal nº 8.630 de 1993 e dá outros dispositivos.
2006	Saúde e Segurança do Trabalho	MINISTÉRIO DO TRABALHO	Portaria SIT nº158 de 2006	Tem por caráter, alterar a Norma Regulamentadora nº 29.
2006	Auditorias Ambientais	CONAMA	Resolução CONAMA nº 381 de 2006	Altera dispositivos da Resolução n 306, de 5 de julho de 2002, e o Anexo ii, que dispõe sobre os requisitos mínimos para a realização de auditoria ambiental.
2006	Ordenamento Territorial	Municipal	Lei Complementar Nº 17/2006	Institui o Plano Diretor de São Francisco do Sul
2005	Gerenciamento Costeiro	Estadual	Lei Estadual nº13.553 de 2005	Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.
2005	Produtos Perigosos	NORMAM	NORMAM nº02 de 2005	Dispõe sobre a definição, transporte e manuseio de cargas perigosas.
2005	Água de lastro	NORMAM	NORMAM nº20 de 2005	Dispõe sobre os requisitos para prevenir a poluição das em jurisdicionais brasileiras em relação água gestão da água de lastro. Determina que todos os navios, nacionais ou estrangeiros, que deslastrarem em portos brasileiros devem trocar a água de lastro em alto mar e devem ter um plano de gerenciamento da água de lastro.
2005	Recursos Hídricos	CONAMA	Resolução CONAMA nº357 de 2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, e estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
2005	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº358 de 2005	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
2005	Óleo Lubrificante	CONAMA	Resolução CONAMA nº362 de 2005	Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
2005	Destinação final de óleo usado	CONAMA	Resolução CONAMA nº362 de 2005	Defene diretrizes para o recolhimento e destinação do óleo lubrificante usado ou contaminado
2004	Pilhas. Baterias e Congêneres	Estadual	Lei Estadual nº12.863 de 2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade do recolhimento de pilhas, baterias de telefones celulares, pequenas baterias alcalinas e congêneres, quando não mais aptas ao uso e adota outras providências.
2004	Resíduos Sólidos	ABNT	NBR 10.004 de 2004	Dispõe sobre a Classificação dos Resíduos Sólidos.
2004	Resíduos Sólidos	ANVISA	RDC Nº 306	Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento dos resíduos sólidos do serviço de saúde.
2004	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº348 de 2004	Altera a Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.
2004	Produtos Perigosos	ANTT	Resolução nº 420 de 2004	Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos
2004	Transporte de produtos perigosos	CONTRAN	Resolução do CONTRAN nº168/2004	Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem. Destaque para o curso de MOPP.
2003	Plano de Área	Federal	Decreto Federal nº4.871 de 2003	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
2003	Água de Lastro	NORMAM	NORMAM nº08 de 2003	Estabelece que os navios que descarreguem suas águas de lastro nas águas jurisdicionais brasileiras deverão preencher o Relatório de Águas de Lastro em duas vias, uma para eventuais fiscalizações a bordo e a outra para ser recolhida pelo Órgão federal competente.
2003	Dragagem	NORMAM	NORMAM nº11 de 2003	Estabelece procedimentos para padronizar a autorização para as atividades de dragagem e de emissão de parecer atinente a aterros, em águas jurisdicionais brasileiras, dentre outras providências.
2003	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº313 de 2002	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
2003	Produtos Perigosos	ABNT	NBR 14.064 de 2003	Atendimento a emergência no transporte de produtos perigosos
2002	Segurança	IMO	Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS)	Tem como objetivo principal estabelecer uma estrutura internacional a fim de detectar ameaças à proteção e tomar medidas preventivas contra incidentes de

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				proteção que afetem navios ou instalações portuárias utilizadas no comércio internacional.
2002	Água de Lastro	Federal	Decreto Federal nº4.136 de 2002	Regulamenta a Resolução A.868 (20) da Organização Marítima Internacional (IMO).
2002	Arrendamento	Federal	Decreto Federal nº4.391 de 2002	Dispõe sobre o arrendamento de áreas e instalações portuárias de que trata a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, cria o Programa Nacional de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias, estabelece a competência para a realização dos certames licitatórios e a celebração dos contratos de arrendamento respectivos no âmbito do porto organizado, e dá outras providências.
2002	Pneus Descartáveis	Estadual	Lei Estadual nº12.375 de 2002	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de pneus descartáveis e adota outras providências.
2002	Saúde e Segurança do Trabalho	NR	NR 30 de 2002	Esta norma regulamentadora tem como objetivo a proteção e a regulamentação das condições de segurança e saúde dos trabalhadores aquaviários.
2002	Saúde e Segurança do Trabalho	MINISTÉRIO DO TRABALHO	Portaria SIT nº18 de 2002	Acrescentar ao Anexo II da NR 28 que trata de fiscalização e penalidades, as infrações ao descumprimento do disposto na NR 29.
2002	Resíduos Sólidos	ANVISA	RDC Nº 342	Dispõe sobre o termo de referência para a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos a serem apresentados a ANVISA para análise e aprovação.
2002	Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública.	ANVISA	RDC Nº 345	Define as diretrizes técnicas a serem cumpridas pelas empresas que prestem serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados entre outros.
2002	Armazenamento de Mercadorias sob Vigilância Sanitária.	ANVISA	RDC Nº 346	Estabelece as diretrizes técnicas para concessão, renovação, alteração e cancelamento de autorização de funcionamento ou de autorização especial de funcionamento de empresas que prestem serviços de armazenagem de mercadorias sob vigilância sanitária em Terminais Aquaviários, Portos Organizados entre outros, além das diretrizes técnicas relacionadas as boas práticas de armazenagem.
2002	Áreas de Preservação	CONAMA	Resolução CONAMA nº303 de 2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

## LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS APLICÁVEIS

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
2002	Auditorias Ambientais	CONAMA	Resolução CONAMA nº306 de 2002	Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais nos portos organizados e instalações portuárias.
2002	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº307 de 2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos gestão dos resíduos da construção civil.
2002	Emissão Atmosférica	CONAMA	Resolução CONAMA nº315 de 2002	Dispõe sobre a nova etapa do Programa de Controle de Emissões Veiculares - PROCONVE
2001	Incêndio	MINISTÉRIO DO TRABALHO	Portaria DSST nº24 de 2001	Alterar os subitens 23.10.4; 23.10.5 e 23.10.5.1, da Norma Regulamentadora 23 - Proteção Contra Incêndios.
2001	Controle de Vetores e Vigilância Epidemiológica	ANVISA	RDC Nº 217	Promoção da vigilância sanitária nos Portos de Controle Sanitário instalados no território nacional, embarcações que operem transportes de cargas e ou viajantes nesses locais, e com vistas a promoção da vigilância epidemiológica e do controle de vetores dessas áreas e dos meios de transporte que nelas circulam.
2001	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº275 de 2001	Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.
2000	Resíduos Sólidos	Estadual	Lei Estadual nº11.347 de 2000	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e adota outras providências.
2000	Poluição por Óleo	Federal	Lei Federal nº 9.966 de 2000	Estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas e perigosas e as principais conformidades ambientais a serem atendidas pelas instalações portuárias, como o gerenciamento de resíduos, os Planos de Emergência Individuais, os manuais de procedimentos de riscos à poluição e as auditorias ambientais. Prevê a elaboração de um Plano Nacional de Contingência.
2000	Dispersantes em Derramamentos de Óleo	CONAMA	Resolução CONAMA nº269 de 2000	Dispõe sobre a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos em derrames de óleo no mar.
2000	Poluição Sonora	CONAMA	Resolução CONAMA nº272 de 2000	Estabelece limites máximos de ruído para veículos de carga.
2000	Poluição por Óleo	CONAMA	Resolução CONAMA nº293 de 2001	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.
1999	Crimes Ambientais	Federal	Decreto Federal nº3.179 de 1999	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e



## LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS APLICÁVEIS

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
1999	Resíduos	Estadual	Lei Estadual nº11.078 de 1999	Estabelece normas sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras e dá outras providências
1999	Educação Ambiental	Federal	Lei Federal nº 9.705 de 1999	Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
1999	Ruído	ABNT	NBR 10.151 de 2009	Fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades e especifica um método para a medição do ruído.
1999	Extintores de Incêndio	ABNT	NBR 13.485 de 1999	Esta Norma fixa as condições mínimas exigíveis para a manutenção de terceiro nível (vistoria) em extintores de incêndio.
1999	Óleo Lubrificante	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	RESOLUÇÃO ANP Nº 125 de 1999	Regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado.
1999	Óleo Lubrificante	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	RESOLUÇÃO ANP Nº 127 de 1999	Procedimentos e critérios para a coleta de óleo lubrificante
1999	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº257 de 1999	Estabelece a obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.
1999	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº263 de 1999	Inclui o inciso IV ao artigo 6º, da Resolução CONAMA nº 257/99.
1998	Prevenção da Poluição	Federal	Decreto Federal nº2.508 de 1998	Promulga o Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios - MARPOL 73/78.
1998	Crimes Ambientais	Federal	Lei Federal nº 9.605 de 1998	Determina, entre outros, como crimes ambientais a morte de espécies da fauna aquática devido à emissão de efluentes ou carreamento de materiais, poluição de qualquer natureza que resultem em danos à saúde humana, mortandade de animais ou a destruição significativa da flora; e a construção ou funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.
1997	Recursos Hídricos	Federal	Lei Federal nº 9.433 de 1997	Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, que tem como um dos objetivos a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.
1997	Poluição por Embarcações	Federal	Lei Federal nº 9.537 de 1997	A autoridade marítima deve estabelecer os requisitos referentes às

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				condições de segurança e habitabilidade para a prevenção da poluição por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio.
1997	Extintores de Incêndio	ABNT	NBR 12.962 de 1997	Esta Norma fixa as condições mínimas exigíveis para inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio.
1997	Saúde e Segurança do Trabalho	NR	NR 29 de 1997	Regular a proteção obrigatória contra acidentes e doenças profissionais, facilitar os primeiros socorros a acidentados e alcançar as melhores condições possíveis de segurança e saúde aos trabalhadores portuários.
1997	Água de Lastro	IMO	Resolução A.868(20)	Determina as diretrizes para o Controle e Gerenciamento da água de lastro dos navios, para minimizar a transferência de organismos aquáticos nocivos.
1997	Licenciamento Ambiental	CONAMA	Resolução CONAMA nº237 de 1997	Regulamenta os aspectos de Licenciamento Ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.
1996	Poluição por Navios	IMO	ISM CODE 1996	Código Internacional de gerenciamento para a operação segura dos navios e para poluição.
1996	Efluentes	ABNT	NBR 13.969 de 1996	Indica alternativas de procedimentos técnicos para o projeto, construção e operação de unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos de tanque séptico, dentro do sistema de tanque séptico para o tratamento local de esgotos.
1996	Emissão Atmosférica	IBAMA	Portaria IBAMA nº85 de 1996	Controle das emissões de fumaça preta por veículos movidos à Diesel
1995	Qualidade do Ar	ABNT	NBR 8.969 de 1995	Poluição do ar – terminologia.
1994	Incêndio	Estadual	Decreto Estadual nº4.909 de 1994	Aprova as Normas de Segurança Contra Incêndios e determina outras providências.
1993	Licenciamento Ambiental	Federal	Lei Federal nº 8.630 de 1993	Estabelece que a exploração de instalações portuárias está sujeita à elaboração e aprovação de Relatório de Impacto Ambiental.
1993	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº05 de 1993	Determina a obrigatoriedade do gerenciamento de resíduos sólidos para estabelecimentos como portos, e define os procedimentos mínimos para o gerenciamento.
1993	Qualidade do Ar	CONAMA	Resolução CONAMA nº08 de 1993	Dispõe sobre padrões de emissão de qualidade do ar, de emissões de poluentes emitida por veículos pesados, e atualiza o PROCONVE.
1993	Poluição por Óleo	CONAMA	Resolução CONAMA nº09 de 1993	Dispõe sobre óleos lubrificantes usados e ou contaminados e proíbe qualquer descarte em solo, águas superficiais, sistema de esgotos e evacuação de águas residuais.

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
1993	Explorações dos Portos Organizados	ANTAQ	Lei da ANTAQ nº 8.630 de 1993	Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, e dá outras providências. (Lei dos Portos)
1992	Resíduos Sólidos	ABNT	NBR 12.235 de 1992	Dispõe sobre o armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos classe-I.
1992	Efluentes	ABNT	NBR 7.229 de 1992	Fixa as condições exigíveis para projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos, incluindo tratamento e disposição de efluentes e lodo sedimentado. Tem por objetivo preservar a saúde pública e ambiental, a higiene, o conforto e a segurança os habitantes de áreas servidas por estes sistemas.
1992	Extintores de Incêndio	MINISTÉRIO DO TRABALHO	Portaria DSST nº02 de 1992	Fica revogado o art. 2º e seus Parágrafos, da Portaria DSST n.º 06, de 29 de outubro de 1991, que estabelecia o prazo de validade do corpo do extintor de incêndio
1991	Extintores de Incêndio	MINISTÉRIO DO TRABALHO	Portaria DSST nº06 de 1991	Dispõe sobre a utilização de extintores de incêndio
1991	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº02 de 1991	Determina que as cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas sejam tratadas como fontes potenciais de riscos para o meio ambiente.
1991	Resíduos Sólidos	CONAMA	Resolução CONAMA nº06 de 1991	Dispõe sobre o tratamento de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.
1990	Resíduos Sólidos	ABNT	NBR 11.174 de 1990	Dispõe sobre o armazenamento de resíduos classe II – não inertes e classe III - inertes.
1990	Poluição por óleo	IMO	OPRC 90	Os principais objetivos da OPRC relacionados a portos são: a notificação de incidentes com poluição por óleo que ocorrerem em portos e terminais marítimos, ao país costeiro mais próximo ou à autoridade competente, assim como aos países vizinhos em caso de risco; a exigência de planos de emergência para controle da poluição por óleo para instalações de portos ou terminais que apresentam riscos de acidentes e poluição por óleo.
1990	Emissão Atmosférica	IBAMA	Portaria IBAMA nº348 de 1990	Estabelece padrões de qualidade do ar e a concentrações máximas de poluentes atmosféricos.
1990	Poluição Sonora	CONAMA	Resolução CONAMA nº01 de 1990	Estabelece como limite os níveis de pressão sonora determinados nas normas NBR 10.151 e 10.152 da ABNT, que, caso ultrapassados, são prejudiciais à saúde e ao sossego público. Determina ainda, que a

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				emissão de ruídos produzidos por veículos automotores devem obedecer às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo órgão competente do Ministério do Trabalho.
1990	Qualidade do Ar	CONAMA	Resolução CONAMA nº03 de 1990	Estabelece padrões de qualidade do ar, e a metodologia específica para a realização do monitoramento dos diferentes parâmetros previstos no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR.
1989	Qualidade do Ar	CONAMA	Resolução CONAMA nº05 de 1989	Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR, como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem-estar das populações e melhoria da qualidade de vida.
1988	Licenciamento Ambiental	Federal	Lei Federal nº 7.661 de 1988	Instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Determina que o licenciamento para construção, instalação, funcionamento e ampliação de atividades que possam alterar as características naturais da zona costeira deve obedecer às normas específicas federais, estaduais e municipais, respeitando as diretrizes dos Planos de Gerenciamento Costeiro.
1988	Meio Ambiente	Federal	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	Art 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (...) IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (...) § 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantano Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (...)
1986	Saúde e Segurança do Trabalho	Federal	Decreto Federal nº93.413 de 1986	Promulga a Convenção 148 da OIT, referente à proteção dos trabalhadores

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				contra os riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído e à vibração no local de trabalho.
1986	EIA/RIMA	CONAMA	Resolução CONAMA nº01 de 1986	Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
1982	Recursos Naturais	ONU	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	Trata da delimitação do mar territorial, controle ambiental, pesquisa científica marinha, atividades econômicas e comerciais, transferência de tecnologia e de fixação de disputas relativas à matéria envolvendo o oceano.
1982	Poluição Marinha	Federal	Decreto Federal nº87.566 de 1982	Promulga o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972 e tem como objetivo promover, individual e coletivamente, o controle efetivo de todas as fontes de contaminação do meio marinho e, o comprometimento em adotar medidas possíveis para impedir a contaminação pelo alijamento de resíduos e outras substâncias.
1981	Política Nacional de Meio Ambiente	Federal	Lei Federal nº 6.938 de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
1980	Poluição Hídrica	MINTER	Portaria MINTER nº124 de 1980	Estabelece normas para a localização de indústrias, bem como as construções ou estruturas que armazenam substâncias capazes de causar poluição hídricapotencialmente poluidoras junto à coleções hídricas.
1978	Poluição por Navios	Convenção MARPOL	MARPOL 73/78	Estabelece regras que visam eliminar completamente a poluição intencional do meio ambiente marinho por óleo e por outras substâncias danosas, e a minimização da descarga acidental daquelas substâncias.
1978	PCMSO	NR	NR 07 de 1978	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.
1978	Incêndio	NR	NR 23 de 1978	Dispões sobre os critérios para a proteção contra incêndios
1978	Segurança do Trabalho	NR	NR 26 de 1978	tem por objetivo fixar as cores que devem ser usadas nos locais de trabalho para

## LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS APLICÁVEIS

ANO	ASSUNTO	NÍVEL/ENTIDADE	DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO
				prevenção de acidentes, identificando os equipamentos de segurança, delimitando áreas, identificando as canalizações empregadas nas indústrias para a condução de líquidos e gases e advertindo contra riscos.
<b>1974</b>	Segurança da navegação	SOLAS	Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida humana no Mar - SOLAS	Trata sobre a segurança da navegação, abordando aspectos como equipamentos de comunicação, aberturas de porão, portos de refúgio entre outros.
<b>1969</b>	Responsabilidade por Poluição por Óleo	Civil Liability Convention (CLC)	CLC 69	Tem como objetivo principal estabelecer o limite de responsabilidade civil por danos a terceiros causados por derramamentos de óleo no mar, excluindo-se os derivados claros como gasolina, óleo diesel e querosene. Aplica aos navios petroleiros dos países signatários a esta Convenção.
<b>1965</b>	Código Florestal	Federal	Lei Federal N° 4.771 de 1965	Institui o novo Código Florestal.
<b>1961</b>	Lançamento de Resíduos Tóxicos ou Oleosos	Federal	Decreto Federal nº50.877 de 1961	Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País e proíbe a limpeza de motores dos navios e o lançamento dos resíduos oleosos dela provenientes nas águas litorâneas.
	PPRA	NR	NR 09 de 1978	Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA.